

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Gestão das Instituições Federais de Educação Superior

**ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA:  
o impacto do contingenciamento de gastos na pesquisa e extensão  
brasileira**

Brenda Ariel de Oliveira Alves

Belo Horizonte  
2020

BRENDA ARIEL DE OLIVEIRA ALVES

**ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA:  
o impacto do contingenciamento de gastos na pesquisa e extensão  
brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.

Linha de Pesquisa: Estrutura Universitária

Orientador(a): Profa. Dra. Walkiria França Vieira e Teixeira

Belo Horizonte

2020





### ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Candidato:** Brenda Ariel De Oliveira Alves

**Registro DRCA:** 2017768680

**CPF:** 120.080.436-81

**Orientador (a):** Walquíria França Vieira e Teixeira

Às ~~10~~, 30 horas do dia 18/01/2020, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **“ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA: o impacto do contingenciamento de gastos na pesquisa e extensão brasileira”**, requisito final para obtenção do grau de Especialista. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Após a apresentação do trabalho, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Walquíria França Vieira e Teixeira indicou a

APROVAÇÃO /  APROVAÇÃO COM RESSALVA /  REPROVAÇÃO do candidato;

Fernando César Silva indicou a

APROVAÇÃO /  APROVAÇÃO COM RESSALVA /  REPROVAÇÃO do candidato;

Janaina Ferreira Hudson Borges indicou a

APROVAÇÃO /  APROVAÇÃO COM RESSALVA /  REPROVAÇÃO do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado  APROVADO /  REPROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA.

Belo Horizonte, 18 de Janeiro de 2020

Walquíria França Vieira e Teixeira

Fernando César Silva

Janaina Ferreira Hudson Borges

## **Resumo**

A presente pesquisa buscou realizar uma análise sobre o impacto do contingenciamento de gastos para as universidades brasileiras, tomando-se como base para tal, uma pesquisa bibliográfica em artigos e documentos que discutem em que proporções o contingenciamento de gastos pode afetar as universidades. O Brasil é responsável por pesquisas importantes mundialmente, como a descoberta da relação entre a microcefalia e o Zika vírus. Ainda assim, no início do ano, o Governo Federal anunciou o bloqueio de 30% nas despesas não obrigatórias de todas as universidades. Além disso, a Capes, o CNPq e o FNDCT, responsáveis por grande parte dos financiamentos em pesquisa no Brasil, sofreram importantes cortes e já poderão ter pesquisas paralisadas ainda em 2019. Assim, restou demonstrado que os impactos no futuro do país poderão ser incalculáveis, porque a pesquisa é muito mais que o pesquisador, ela auxilia no desenvolvimento social do país. Por esse motivo, as grandes nações investem grandes recursos em pesquisa, enquanto no Brasil, vemos o contrário.

**Palavras-chave:** Universidade. Contingenciamento de gastos. Impacto. Educação.

## **Abstract**

The present research sought to carry out an analysis on the impact of the contingency of expenses for Brazilian universities, taking as a basis for this, a bibliographical research in articles and documents that discuss in what proportions the expenditure contingency can affect the universities (CISLAGHI, 2019; FERRARI, 2019; MEYER, BUSTAMANTE and BATISTA JÚNIOR, 2019; NEGRI, KOELLER, 2019; SILVA, 2018; SOUZA, 2019). It is known that Brazil is responsible for important research worldwide, such as the discovery of the relationship between microcephaly and the Zika virus. Even so, at the beginning of the year, the Federal Government announced a 30% block on non-mandatory expenses for Brazilian universities. In addition, Capes, CNPq and FNDCT, responsible for a large part of research funding in Brazil, suffered major cuts and may already have research paralyzed in 2019. Even with a lack of research announced by the same government before the end of the year, research that has been paralyzed will suffer major delays. Thus, it remains to be demonstrated that the impacts on the country's future may be incalculable, because research is much more than the researcher, it helps in the social development of the country. For this reason, large nations invest large resources in research, while in Brazil, we see the opposite.

**Key-words:** University. Contingency of expenses. Impact. Education.

## SUMÁRIO

<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES.....</b>	<b>8</b>
<b>BREVE HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.....</b>	<b>9</b>
<b>DO ORÇAMENTO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>DO CONTINGENCIAMENTO DAS VERBAS PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.....</b>	<b>20</b>
<b>DO IMPACTO DO CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS NA PESQUISA E EXTENSÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>24</b>

## **METODOLOGIA**

Quanto à natureza, a pesquisa será do tipo básica, pois visa analisar por meio de estudos, o impacto do contingenciamento de gastos anunciado pelo governo federal no desenvolvimento do ensino e da pesquisa no Brasil.

Quanto aos objetivos, será do tipo descritiva, no intuito de favorecer a descrição do que for feito. Quanto aos procedimentos, será feito um estudo teórico do tema por meio de pesquisa bibliográfica, tais como livros e artigos relacionados ao assunto.

Quanto à abordagem do problema, serão utilizadas pesquisas qualitativas, não tendo o objetivo de gerar valores quantitativos para a análise, o estudo possui caráter interpretativo.

## **INTRODUÇÃO**

No início de 2019 o governo federal anunciou corte de R\$ 2,2 bilhão em todas as Universidades no Brasil, o que representa cerca de 30% do orçamento anual destinado a essas instituições.

De acordo com a ANDIFES (Associação dos Reitores das Universidades Federais), desde o ano de 2014, este representa o maior contingenciamento de gastos, o que poderá impactar profundamente o funcionamento de tais instituições. (TENENTE; FIGUEIREDO, 2019)

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral observar como o contingenciamento dos gastos das Universidades Federais Brasileiras irá impactar no desenvolvimento do ensino e da pesquisa no país.

Essa análise se faz necessário tendo em vista que o controle das despesas nas Universidades Federais brasileiras poderá impactar no desenvolvimento do país, não apenas na educação, mas também na saúde, na economia, no agronegócio, em sumo, no desenvolvimento social como um todo.

Dessa forma, para execução desta pesquisa, serão utilizados diferentes tipos de pesquisa, classificadas quanto à natureza, quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados e quanto à abordagem do problema.

Por fim, cabe destacar que a educação é fundamental para a evolução humana, é ela que proporciona a descoberta de doenças e seus respectivos tratamentos, melhora a qualidade de vida do ser humano, desenvolve mecanismos



que facilitam a vida e o trabalho das pessoas, sendo assim, observar o que pode ser prejudicado com o anunciado contingenciamento poderá servir de parâmetro para uma análise do futuro do país.

## **1. DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES**

Provavelmente, grande parte da população desconhece os trabalhos desenvolvidos nas universidades país a fora, contudo, as pesquisas desenvolvidas por essas impactam, e muito, no dia-a-dia das pessoas.

Como exemplo, podemos citar o estudo divulgado no ano de 2016, que comprovou a relação entre a microcefalia e o Zika vírus. A correlação que hoje parece inevitável, ainda não tinha sido comprovada cientificamente, apesar de diversos casos da doença em outros países.

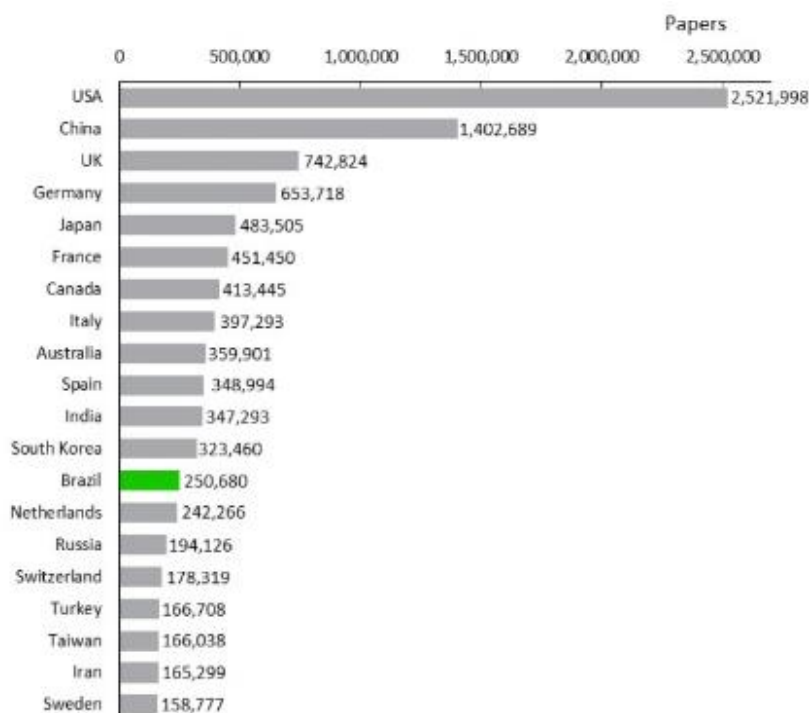
Necessário lembrar, mas a doença se tornou epidemia no Brasil entre os anos de 2015 e 2016, com 3.037 casos confirmados entre 8 de novembro de 2015 e 2 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2018, p. 1)

Apesar de a época já existirem estudos que mostravam “que o vírus se escondia no sistema neurológico dos infectados, (...) não conseguiram estabelecer relação de causa e efeito entre o Zika e a microcefalia”. (ALENCAR, 2016)

Até que uma pesquisa conduzida “pelos cientistas Patricia Beltrão Braga e Jean Pierre Peron, da Universidade de São Paulo (USP) e Alysson Muotri, da Universidade da Califórnia” comprovou, por meio de testes, sua correspondência. (ALENCAR, 2016)

Em estudo realizado no ano de 2018 pelo Instituto de Física da USP (Universidade de São Paulo), demonstra que o Brasil encontra-se em 13º lugar em produção científica, conforme gráfico abaixo.

### **GRÁFICO 1. PRODUTIVIDADE**



Fonte: Dudziak, 2018.

Ainda de acordo com o estudo, as áreas mais pesquisadas são: meio ambiente, medicina clínica, agricultura e tecnologia industrial. (DUDZIAK, 2018)

Ao se observar esses dados, se mostra necessário analisar se os cortes para as universidades irão influenciar de alguma forma os estudos em andamento e os que ainda poderão a ser realizados.

Contudo, a fim de realizar uma construção lógica, se faz fundamental observar a história das universidades no Brasil e como isso influenciou no desenvolvimento social do país.

## 2. BREVE HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Por quase 300 anos, durante a colonização do Brasil, as únicas atividades escolares desenvolvidas eram de catequese dos indígenas, conduzidas por sacerdotes Jesuítas, “a população do Brasil era totalmente desprovida de ensino superior local. Quem possuía Educação Superior ou era estrangeiro ou era membro de famílias brasileiras abastadas, enviado para uma educação em outros países, principalmente Portugal”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Apenas em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil é que foram criadas as primeiras faculdades, sendo elas: 1.808-Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador e 1.808-Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Em 1822, após a independência do Brasil e com o encerramento do período colonial, foi possível a criação de mais faculdades, as quais foram:

1.827-Faculdade de Direito de Olinda  
 1.827-Faculdade de Direito de São Paulo  
 1.839-Faculdade de Farmácia de Ouro Preto  
 1.876-Escola de Minas-Ouro Preto  
 Em 1889 ocorreu a Proclamação da República continuando a criação de Faculdades em outros Estados.  
 1.891-Faculdade Nacional de Direito – Rio de Janeiro  
 1.892-Faculdade de Direito- Belo Horizonte  
 1.893-Escola Politécnica-São Paulo  
 1.896-Escola de Engenharia Mackenzie-São Paulo  
 1.898-Faculdade de Direito de Goiás. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Contudo, havia muita dificuldade em mão de obra, devido ao grande período de inatividade educacional no país. Nessa mesma época e com os mesmos problemas, foram criadas outras instituições científicas e tecnológicas, tais como:

Observatório Nacional em 1845; Institutos Históricos e Geográficos (Brasileiro, em 1838; de Pernambuco, em 1862; de Alagoas, 1869; de São Paulo, 1894; do Pará, 1900); Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, criada em 1884; Instituto Geológico (Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo), fundada em 1886; Instituto Agrônomo de Campinas (Imperial Estação Agrônoma de Campinas) em 1887; Instituto Florestal (Horto Florestal de São Paulo), em 1894; Instituto Bacteriológico, criado em 1892 (e que deu origem ao Instituto Adolfo Lutz em 1940); Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), fundado em 1899 junto à Escola Politécnica, criada em 1893. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

As primeiras Universidades foram criadas apenas no século XX, com a junção de algumas faculdades isoladas, sendo: “em 1.909 a Universidade da Amazônia- Manaus, em 1.912, a Universidade Federal do Paraná- Curitiba e em 1.920 a Universidade Federal do Rio de Janeiro”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Nesse período, devido a recursos humanos gerados pelas primeiras instituições, se tornou mais fácil a criação de “novas faculdades e institutos tecnológicos e de pesquisa em todo o território nacional”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

A USP – Universidade de São Paulo, considerada “a primeira Universidade Brasileira moderna, criada baseada no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão”, tem como data de criação apenas o ano de 1934, ainda assim, acabou importando grande parte do seu corpo docente, devido à dificuldade de encontrar especialistas no país. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Outro marco no desenvolvimento do ensino superior no Brasil ocorreu em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, que tem até os dias atuais “o papel de coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país”, (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

No mesmo ano, também foi criada a “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – encarregada da formação de docentes e pesquisadores”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Com o surgimento destes dois institutos é que as atividades de pesquisa passaram a ser formalizadas e financiadas por programas específicos que visam o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Nessa época, o interesse pelo ingresso nas universidades ganhou destaque no país, surgindo uma grande demanda educacional a partir de 1950, isso porque a classe média passou a ver nos estudos a oportunidade de ascensão. (CISLAGHI, 2019, p. 136)

A UnB, considerada a segunda Universidade moderna brasileira foi criada em 1961 e em 1965, “a CAPES inicia a regulamentação da Pós-graduação, aprovando 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

Em 1968 iniciou-se a implementação de uma “reforma” universitária da ditadura, o que representou uma “modernização conservadora” no ensino superior “que, ao mesmo tempo, incorporava bandeiras históricas do movimento social na educação e mantinha antigas práticas, não rompendo com o conservadorismo”. (CISLAGHI, 2019, p. 136)

Essa mudança visava um crescimento nacional com expansão de mercado, tanto pelo consumo como pela formação de mão de obra qualificada. Contudo, a abertura das universidades acabou gerando duras críticas, principalmente em relação à qualidade do ensino. (CISLAGHI, 2019, p. 136-137)

De acordo com Cislighi (2019, p. 137), “ainda que tenha havido um significativo aumento de vagas públicas, o ensino privado também se expandiu e em maior proporção, ampliando vagas de baixa qualidade, na sua maior parte ocupadas por trabalhadores mais pobres”.

Essa alta acabou incomodando sobremaneira a classe média, que almejava no ensino superior a ascensão social, porém, o aumento de mão de trabalho qualificado acabava por reduzir o *status* da profissão em nível superior. (CISLAGHI, 2019, p. 137)

Nesse período, “a oferta de vagas nas universidades aumentou 210% na rede pública e 410% na rede privada”, impulsionado por investimento estatal e isenções fiscais promovidas pelo governo. (CISLAGHI, 2019, p. 137-138)

Com o advento da Constituição de 1988 a Educação Superior sofreu novas influências, principalmente com a abertura para o ensino universitário à Iniciativa Privada e, por meio da definição de normas gerais pela “Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional – LDB (Lei 9394, de 1996), que mudou a concepção da educação no país e implantou a legislação de Avaliação, Regulação e Supervisão do Ensino que apareceram no século XXI”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

De acordo com Humerez e Jankevicius (2015)

Em 1976, o Brasil detinha 490 cursos de Mestrado e 183 de Doutorado, que em 2006, já somavam 2.344 mestrados e 1.288 doutorados e em 2015, dispomos de 3.165 cursos de mestrado acadêmico, 579 cursos de mestrado profissionalizante e 1.945 cursos de doutorado reconhecidos pela CAPES. Em 1962, o Brasil contava com 25.213 docentes atuando no Ensino Superior, em 1972 eram 67.894; em 1982, 116.111 e em 1992, 134.403. Em 2003 esse número chegou a 254.153 sendo que em 2013 dispúnhamos de 367.282 docentes, indicando o claro crescimento no Ensino Superior Brasileiro.

Esses dados demonstram a rápida expansão do desenvolvimento acadêmico no país, que não parou de crescer, em pouco mais de 50 anos foi possível qualificar mais de “120.000 docentes em Programas de Doutorado, com duração média de 5 anos”. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015)

O Banco Mundial passou a incentivar o desenvolvimento das instituições privadas, tendo sido criado, em 1999, o FIES - Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior, a fim de “substituir o Crédito Educativo criado em 1976 pelo governo militar”. (CISLAGHI, 2019, p. 143)

Conforme menciona Cislighi (2019, p. 143), “apesar do Fies apresentar, então, algumas dificuldades para seu acesso, como a necessidade de fiador para os empréstimos, em 2004, 10% das matrículas no ensino privado já eram pagas por essa modalidade”.

Entre os anos de 2003 e 2013 os números de cursos universitários aumentaram sobremaneira, conforme demonstra tabela abaixo:

**TABELA 1. CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL**

<b>Número de Cursos</b>	<b>2003</b>	<b>2013</b>
Presenciais	16.453	30.791
A distância	52	1.258
Total	16.505	32.049

Fonte: Humerez e Jankevicius (2015)

Em 2003, já no governo PT, o Banco Mundial reafirma o compromisso pela Educação Superior como motor de desenvolvimento nacional, com isso, ampliou-se ainda mais o ensino superior privado. (CISLAGHI, 2019, p. 143-144)

Além disso, o FIES foi reestruturado,

Em 2010, foi criado o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGeduc) que funciona como garantidor dos empréstimos contraídos. Estudantes com renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo passaram a poder acessar o Fies sem necessidade de fiador. Os juros também foram reduzidos de 6,5% para 3,4% por ano e a carência se ampliou de 12 para 18 meses e o prazo para a quitação passou para três vezes o tempo financiado. Com as mudanças instituídas em 2010, o financiamento se ampliou imediatamente em 152,2%, já em 2011, alcançando os impressionantes 1.895,97% de aumento de recursos anuais entre 2010 e 2015, ano em que foram concedidos 14 bilhões em empréstimos.4 (TCU, 2016). (CISLAGHI, 2019, p. 145)

Em 2005, por meio da Lei nº 11.096, foi criado o PROUNI - Programa Universidade para Todos, o qual “distribui bolsas integrais e parciais em instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda, com reservas de cotas para segmentos populacionais como índios e negros e para deficientes”, em troca de novos incentivos fiscais. (CISLAGHI, 2019, p. 145)

Entidades filantrópicas, que já tinham isenção, foram obrigadas a participar do programa com 20% da receita em atividades assistenciais, 20% em bolsas integrais e 20% em bolsas de qualquer modalidade. Entidades sem fins lucrativos que já tinham isenção de imposto de renda e Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) passaram a ter isenção de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS), oferecendo 10% de bolsas, sendo 5% integrais e 5% parciais. Entidades com fins lucrativos também passaram a ter isenções fiscais se participassem do programa, com as mesmas isenções de COFINS, PIS, CSLL e imposto de renda, e a mesma cota de bolsas,

5% integral e 5% parcial, das entidades sem fins lucrativos. Isso significaria, em 2005, segundo o MEC, 250 milhões em isenção fiscal, caso todas as instituições privadas aderissem ao PROUNI. Em 2007, a perspectiva era de que o PROUNI beneficiasse 301.321 alunos com uma renúncia fiscal de 126,05 milhões de reais. (CISLAGHI, 2019, p. 145)

A baixa qualidade do ensino ofertado novamente fez surgir diversas críticas, fazendo com que o PROUNI passasse por diversas reformulações ao longo do tempo. (CISLAGHI, 2019, p. 146)

Conforme restou demonstrado, apesar de todo o atraso educacional sofrido durante o período colonial, o Brasil conseguiu avançar não apenas em quantidade de cursos superiores, faculdades e universidades, mas também na pesquisa e extensão, o que tem auxiliado no desenvolvimento e progresso nacional.

Ainda assim, o déficit é grande, segundo estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2018, apenas “17% dos jovens adultos com idade entre 24 e 34 anos atingem o ensino superior”. (BBC, 2018)

Em outra pesquisa, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010, apontou que apenas 7,9% dos brasileiros possuem ensino superior completo. (GUIA DO ESTUDANTE, 2017)

Em contrapartida ao número pessoas com ensino superior completo, o Brasil encontra-se em 13º lugar em pesquisas no mundo, o que comprova a qualidade científica, apesar da quantidade de estudantes.

Em 2019, com o advento de um novo governo, o do presidente Bolsonaro, mudanças passaram a ser previstas, ocasionando ainda cortes nos gastos das verbas destinadas ao Ensino Superior, a fim de observar os seus impactos é fundamental observar o que será contingenciado nas Universidades Federais do Brasil.

No entanto, a fim de melhor esclarecer o assunto, antes se faz necessário uma análise do orçamento público, principalmente o destinado para a educação superior, que é tema central dessa pesquisa.

### **3. DO ORÇAMENTO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL**

O artigo 165 da Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo todos os instrumentos de planejamento governamental relativo ao orçamento público, estabelecendo a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias

(LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA) como peças orçamentárias definidoras dos parâmetros e da execução da previsão financeira. (SILVA, 2018, p. 981)

O PPA e a LDO são as que traçam as metas e diretrizes para a elaboração da LOA, a qual deverá ser executada no ano seguinte à sua aprovação, sobre esta Silva (2018, p. 982) menciona:

A LOA materializa as diretrizes do direcionamento dos investimentos públicos, indicando qual será o volume de recursos público disponível para o próximo ano, por área de atuação do governo. A quantidade e a qualidade dos investimentos evidenciam qual o nível de prioridade do governante. O estudo do orçamento público transformou-se uma preocupação recorrente de pesquisadores. A partir dos orçamentos pode-se identificar, entre outras informações, o processo de tomada de decisão e as políticas públicas priorizadas para o atendimento das demandas do cidadão e da sociedade em geral.

Assim, para a execução orçamentária é fundamental planejamento da previsão de receitas e despesas, definindo objetivamente as metas e prioridades do governo. (SILVA, 2018, p. 982)

Tal planejamento tem início no primeiro ano de governo, quando se elabora o PPA e a LDO para os três anos seguintes do mandato, incluindo o primeiro ano do mandato subsequente.

Dessa forma, quando assumiu o governo o atual presidente, já haviam sido todas as previsões para a execução orçamentária de 2019, com vistas na regularidade dos serviços de duração continuada, o que inclui a educação superior.

Tendo isso em vista, as instituições se organizaram esperando o recebimento dos valores previstos, contudo, menos de dois meses após assumir a presidência da república, deu-se início a um contingenciamento de gastos para diversos setores, incluindo a Educação, o qual passamos a melhor analisar.

#### **4. DO CONTINGENCIAMENTO DAS VERBAS PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Em fevereiro de 2019, o Governo Federal iniciou um contingenciamento de gastos, por meio do Decreto nº 9.711/2019, que culminou em uma limitação de movimentação e empenho de todos os Ministérios, incluindo o da Educação e Cultura.

O Decreto foi justificado pela necessidade de redução de despesas para adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei nº 101/2000, afirmando ainda ser



uma situação temporária, até que as contas do governo se normalizassem. (TENENTE; FIGUEIREDO, 2019)

A Educação como um todo sofreu com o bloqueio dos valores, contudo, pela objetividade, nesta pesquisa, iremos observar apenas as consequências sobre as universidades federais.

O contingenciamento se deu sobre a parte discricionária do orçamento, que são as chamadas despesas não obrigatórias, as quais são divididas em duas categorias, sendo elas:

O primeiro tipo é o gasto com custeio (ou despesas correntes), utilizado para manter o funcionamento das universidades: são as contas de luz, de água, as bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados. O segundo tipo são as chamadas despesas de investimento (ou de capital). Basicamente são as obras das universidades e a compra de equipamentos. (TENENTE; FIGUEIREDO, 2019)

As despesas obrigatórias, por sua vez, incluem os salários dos servidores e as aposentadorias, e representam, em algumas universidades, cerca de 80% da verba. (TENENTE; FIGUEIREDO, 2019)

Inicialmente, o Ministro da Educação anunciou que o corte se aplicaria apenas à “UnB (Universidade de Brasília), UFBA (Universidade Federal da Bahia) e UFF (Universidade Federal Fluminense), por que elas estariam promovendo ‘balbúrdia’ nos seus campus”. (BEZERRA, 2019)

Nesse aspecto, desde o início do seu mandato, o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, se viu envolvido em polêmicas relativas ao campo da educação, afirmando, por diversas vezes, que as universidades promoveriam e cultivariam determinada ideologia. (FERRARI, 2019, p. 71)

Inclusive, o então presidente em entrevista à revista *Época* falou sobre o assunto, propondo:

[...] menos investimentos em ciências humanas; punição a 'balbúrdia' das universidades federais; corte orçamentário em todas as federais; cortes de bolsas da Capes; varrer a 'ideologia' no Enem; punir alunos agressores; filmar alunos cantando hino, e por fim mudar livros didáticos. (FERRARI, 2019, p. 71)

Essas declarações acabaram mobilizando cerca de 11 mil acadêmicos universitários de todo o mundo, fazendo com que o governo voltasse atrás em sua decisão (FERRARI, 2019, p. 71), anunciando, em seguida que os cortes seriam “de

forma isonômica para todas as universidades”, podendo o mesmo ser revisto no segundo semestre de 2019. (BEZERRA, 2019)

Posteriormente, esclareceu o Ministro que o bloqueio equivale a “3,4% do orçamento total das universidades” para o ano de 2019 (BEZERRA, 2019). Nesse ponto, cabe realizar alguns esclarecimentos.

Primeiramente, conforme já mencionado, há despesas que são obrigatórias dentro de uma universidade, dentre elas, a verba destinada a pagamento de pessoal. Assim, essa quota parte, ainda que fosse de desejo do governo, qualquer limitação seria ilegal.

Quanto à despesa discricionária, essa é destinada a investimento e ao custeio das atividades da instituição, tais como água, luz, telefone, internet, material de consumo, dentre outros, representa uma pequena parcela da verba, mas com ampla destinação. Ao contrário da vinculada, em que sua maior parte custeia o salário dos servidores.

Assim, apesar de aparentemente menor a porcentagem, por não poder sofrer alteração, a quota parte vinculada do orçamento, em algumas universidades, o bloqueio acabou representando índices ainda maiores que os anunciados, conforme relata Saldaña (2019)

(...) apesar de a definição do MEC (Ministério da Educação) indicar um corte linear de 30%. Para 37 das 68 federais, o congelamento supera esse percentual.

Há federais em que o corte atinge metade dos recursos discricionários autorizados, como ocorre nas universidades do Sul da Bahia (54%), Mato Grosso do Sul (52%) e Grande Dourados (49%). Os dados são do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo), extraídos na semana passada. Os recursos discricionários excluem salários, por exemplo.

Levando em conta essa comparação, o impacto é de 30% em 11 federais e menor do que isso nas outras 20. O menor bloqueio ocorreu na UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), que perdeu, até agora, 12% do orçamento autorizado. Isso representa R\$ 28 milhões.

Dessa forma, os valores bloqueados representam 30% dos gastos discricionários, não havendo o que se falar em corte ou contingenciamento dos gastos vinculados. Ainda assim, os números são altos e as consequências maiores ainda.

Além desses, até setembro de 2019, o governo já anunciou o corte de 11.811 bolsas ofertadas pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o que é reflexo da redução orçamentária que vêm ocorrendo desde março do mesmo ano. (FORMENTI, 2019)

Essas bolsas se destinam ao mestrado, doutorado e pós-doutorado e a medida representa uma redução de R\$ 37,8 milhões em investimentos nesses cursos. (FORMENTI, 2019)

A expectativa para 2020 é de ainda mais redução nessa área, podendo cair para R\$ 2,2 bilhões, o que equivale a 51% do orçamento previsto em 2019. (FORMENTI, 2019)

De acordo com a Nota Técnica nº 48 publicada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em agosto de 2019, fica clara a preocupação da comunidade científica brasileira, de acordo com o Instituto,

No mês de julho de 2019, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão de edital para bolsas de pós-graduação no segundo semestre [...] depois de já ter anunciado, em abril deste ano, que milhares de pesquisadores poderiam ficar sem o pagamento de suas bolsas a partir de outubro [...]. (NEGRI; KOELLER, 2019, p. 7)

Assim, além das Capes, o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT também sofreram com o corte de gastos.

Sobre a importância dessas instituições para a ciência e a tecnologia nacional, comentam Negri e Koeller (2019, p. 9)

Tradicionalmente, as principais fontes de recursos para suporte à pesquisa no país são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que são unidades orçamentárias do MCTIC.<sup>8</sup> O primeiro financia principalmente bolsas de estudos para estudantes de graduação, pós-graduação e bolsas de produtividade para pesquisadores, além de apoio a projetos de pesquisa nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras. O segundo é a principal fonte de recursos disponível no país para o suporte a projetos de pesquisa e inovação realizados por pesquisadores brasileiros tanto em universidades e instituições de pesquisa quanto em empresas. O Fundo apoia, entre outras coisas, compra de material, insumos, equipamentos, além de pagamento de bolsas para estudantes e pesquisadores envolvidos nos projetos aprovados. Juntas, essas duas unidades, CNPq e FNDCT, responderam por mais da metade do orçamento do antigo MCTI no período de 2000 a 2016 (antes da junção com as comunicações). Ou seja, são as unidades mais importantes no total do investimento em ciência e tecnologia do MCTIC.

Como visto, é o CNPq e o FNDCT os mais importantes investimentos brasileiros na pesquisa em ciência e tecnologia e a redução de seu orçamento pode impactar diretamente no desenvolvimento nacional.

Ainda de acordo com as autoras, o orçamento do CNPq já vem sendo reduzido desde o ano de 2013, conforme demonstram,

O valor previsto no projeto de lei para o órgão, embora tenha crescido em 2015 e 2016, passou de R\$ 2,3 bilhões, em 2013, para R\$ 1,2 bilhão, em 2019. O valor liquidado sofreu uma redução de mais de 50%: de R\$ 2,6 bilhões em 2013 para R\$ 1,3 bilhão em 2018. Em 2019, o CNPq já liquidou R\$ 850 milhões, ou 70% do valor orçado no PL. Isso sugere que o CNPq pode consumir todo o orçamento previsto antes mesmo de o ano chegar ao fim, o que explica o alerta feito pela instituição sobre a falta de recursos, nos últimos meses do ano, para pagar as bolsas já concedidas. (NEGRI; KOELLER, 2019, p. 9)

Já em relação ao FNDCT, apesar de aparentemente os valores a ele previstos terem sido superiores aos anos anteriores, o valor efetivamente executado foi muito inferior, conforme constatam Negri e Koeller (2019, p. 9)

No caso do FNDCT, a redução do orçamento não ficou aparente no PL, que previu mais de R\$ 4 bilhões para 2019, mas fica evidente nos valores disponíveis para execução. O orçamento efetivamente aplicado pelo Fundo caiu de R\$ 2,5 bilhões em 2013 para R\$ 766 milhões em 2018: uma redução de cerca de 70% no período. Em 2019, o valor executado pelo FNDCT está em apenas 7% do valor previsto pelo PL, ou cerca de R\$ 300 milhões. Se o ritmo de execução se mantiver, o desembolso do principal fundo de apoio à pesquisa e inovação no Brasil será, em termos reais, menor do que no início dos anos 2000, quando os fundos ainda estavam se estruturando.

Com isso, apesar de as universidades terem cerca de 30% dos seus recursos discricionários contingenciados, na prática, a pesquisa e a extensão sofreu muito mais que o anunciado, não tendo sido executado efetivamente apenas cerca de 30% dos valores que seriam destinados ao CNPq e 80% dos valores previstos para o FNDCT. (NEGRI; KOELLER, 2019, p. 10)

Um exemplo é o orçamento da UFMG para este ano que foi definido em dezembro de 2018 por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional, que garantiu a manutenção do orçamento da área de educação. Embora a Instituição não tenha recebido comunicação oficial do MEC, o bloqueio anunciado pelo governo federal, e disponibilizado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), representa redução orçamentária da ordem de R\$ 64,5 milhões para 2019. (LANA, 2019)

Dessa redução, diversas consequências poderão surgir nos próximos anos, as quais estudaremos adiante, entretanto, no momento cabe destacar que durante a realização desta pesquisa, o MEC – Ministério da Educação e Cultura

anunciou o desbloqueio de parte dos valores, que se deu pelo Decreto nº 10.028/2019, destinando R\$ 1,156 bilhão para as Universidades. (MENEZES, 2019)

Outros R\$ 834 milhões foram desbloqueados com o intuito de “atender a educação básica, a concessão de bolsas de pós-graduação e a realização de exames educacionais”. (MENEZES, 2019)

No entanto, quase metade dos valores contingenciados continuam bloqueados. Tendo em vista os cursos de graduação e pós-graduação serem a maior fonte de pesquisa do país, se faz necessária uma análise mais detalhada das consequências práticas e a longo prazo de todo esse contingenciamento.

Contudo, antes de adentrarmos efetivamente ao assunto, necessário se faz abordar rapidamente sobre a autonomia que possuem as universidades, tema que passamos a observar.

## 5. DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A autonomia universitária pode ser verificada através de quatro vertentes, sendo elas: “a) autonomia organizacional; b) autonomia financeira; c) autonomia de equipe (*staffing*); e, d) autonomia acadêmica”. (MEYER; BUSTAMANTE; BATISTA JÚNIOR, 2019, p. 281)

A primeira se define em critérios constitutivos da organização, quais sejam:

[...] procedimento de seleção para a chefia executiva; critérios de seleção para a chefia executiva; demissão da chefia executiva; mandato da chefia executiva; membros externos nos órgãos governamentais da universidade; capacidade de decidir sobre as estruturas acadêmicas; e, capacidade de criar pessoas jurídicas. (MEYER; BUSTAMANTE; BATISTA JÚNIOR, 2019, p. 281)

Em relação à autonomia financeira, está atrelada ao ciclo financeiro da instituição, a sua duração; “tipo de financiamento público; capacidade para realizar empréstimos; capacidade para manter excedentes; capacidade de ter imóveis próprios”. (MEYER; BUSTAMANTE; BATISTA JÚNIOR, 2019, p. 281)

Já a autonomia de equipe (*staffing*), encontra-se ligada a quesitos administrativos, abrangendo, entre outros:

[...] procedimentos de seleção para acadêmicos sêniores; procedimentos de seleção para servidores administrativos sêniores; remuneração para acadêmicos sêniores; salários para servidores administrativos sêniores; procedimentos de promoção para

acadêmicos e servidores administrativos sêniores. (MEYER; BUSTAMANTE; BATISTA JÚNIOR, 2019, p. 282)

Por fim, quanto à autonomia acadêmica, esta envolve:

[...] definição do total de estudantes; procedimentos de admissão; definição de programas em todos os níveis; capacidade de decidir pelo encerramento de programas; definição da língua de formação; seleção de mecanismos para asseguramento de qualidade; capacidade de definição do conteúdo dos programas. (MEYER; BUSTAMANTE; BATISTA JÚNIOR, 2019, p. 282)

Dessa forma, percebe-se que para haver autonomia universitária é necessária a ausência de ingerência estatal, desde a seleção da chefia e dos demais servidores, até o orçamento e os programas a serem desenvolvidos.

Nota-se, entretanto, que, na prática, isso não vem ocorrendo, o governo sempre interferiu nas universidades e no atual não é diferente, contudo, um aspecto é relevante destacar, como restou demonstrado, o governo Bolsonaro não está reduzindo despesas apenas devido à falta de recursos, mas também há uma perseguição ao pensamento crítico, revestido em uma suposta difusão de determinada ideologia.

## **6. DO IMPACTO DO CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS NA PESQUISA E EXTENSÃO BRASILEIRA**

Como visto, o Brasil demorou a se desenvolver na área educacional, no entanto, após período de evolução, há alguns anos tem havido drástica redução, atualmente, não são apenas as universidades públicas que tem sofrido, as particulares também, tendo havido indiretamente um desestímulo pelo ingresso ou permanência no ensino superior.

Em relação às particulares, vemos que, a partir de 2017/2018, houve grande retenção na concessão de bolsas pelo PROUNI ou pelo FIES, já tratados anteriormente. (CISLAGHI, 2019, p. 143)

Quanto às universidades públicas, o atual contingenciamento e o corte de gastos terá impacto não apenas na redução de alunos, mas também no desenvolvimento social do país.

Poderá se tornar difícil a permanência de vários alunos que dependem do Programa Nacional de Assistência Estudantil das universidades, esse prospecto é fundamental para os universitários carentes, estando “diretamente ligado às transformações sociais, econômicas e políticas do país”. (SOUZA, 2019, p. 63)

Em relação aos cortes para a pesquisa, ciência e tecnologia, mais especificamente para o FNDCT, ficará o fundo impossibilitado de custear inclusive os projetos já contratados, de acordo com Negri e Koeller (2019, p. 11)

O plano de investimentos para o FNDCT em 2018 faz uma estimativa das necessidades orçamentárias do Fundo para 2019. Nesse plano, estima-se que, para custear os projetos já aprovados em anos anteriores, seria necessário R\$ 1,1 bilhão em 2019. Ora, retirando-se a reserva de contingência (que não pode ser gasta), o orçamento do FNDCT é de pouco mais de R\$ 850 milhões neste ano, o que significa que o Fundo não será capaz de custear nem mesmo os investimentos já contratados. Em outras palavras, nenhum projeto novo poderá ser financiado, o que provavelmente se refletirá na queda da produção científica e tecnológica do país nos próximos anos.

O impacto do contingenciamento sobre a Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, é severo. Segundo a reitora Sandra Regina Goulart Almeida:

“É com essa verba que a UFMG paga contas de água, energia elétrica, serviços terceirizados, bolsas de graduação, de extensão e toda a manutenção dos laboratórios (de graduação e pesquisa) e das unidades acadêmicas. Se efetivado, o corte atingirá o funcionamento da instituição e prejudicará diversos serviços que a UFMG oferece à sociedade, como os prestados pelas ações de extensão, pelas clínicas odontológicas, da Faculdade de Odontologia, e pelo Hospital Veterinário, da Escola de Veterinária”

A situação dos investimentos do CNPq não é diferente, podendo haver suspensão ou cancelamento de bolsas já ofertadas:

O orçamento disponível para este ano provavelmente não será suficiente nem mesmo para pagar as bolsas já concedidas pela instituição no passado. Isso significa que o país está deixando de formar novos cientistas e pesquisadores. O Brasil já é um país com poucos cientistas e pesquisadores: estimativas recentes apontam que são 888 (2014)<sup>15</sup> para cada milhão de habitantes. Em vários países desenvolvidos, esse número é próximo a 4 mil; na Espanha e na Rússia, perto de 3 mil; e na Argentina, são mais de 1 mil pesquisadores por milhão de habitantes. Formar capital humano é essencial para produzir ciência e tecnologia e requer políticas de estado continuadas, previsíveis e transparentes. (NEGRI; KOELLER, 2019, p. 11)

Contudo, de setembro de 2019 até outubro do mesmo ano foram liberadas quantidades menores de recursos. O Ministério da Educação anunciou em 18 de outubro de 2019 um descontingenciamento de cerca de R\$ 1,1 bilhão para as universidades e institutos federais. Ainda segundo a reportagem anunciada no portal

do MEC, “as despesas de custeio para pagamento de luz, água, telefone e limpeza, por exemplo, estão liberadas para o ano de 2020” tendo em vista que em maio de 2019 foram necessários cortes dentro da UFMG, por exemplo, tais como:

Foram cancelados editais internos de fomento e melhoria de equipamentos e da infraestrutura, intensificada campanha para racionalização do uso de água e energia, interrompido o uso de ar-condicionado de conforto, reduzidos gastos com viagens e diárias e renegociados contratos de serviços terceirizados.

A Administração Central e as unidades acadêmicas têm tentado ainda reduzir os custos gerais de manutenção e infraestrutura. Desde o início do mês, a Linha 4 do serviço interno gratuito de transporte deixou de circular. A linha operava como reforço, nos horários de pico, às demais que atendem ao campus Pampulha.

Entretanto, apesar do atual desbloqueio, os efeitos a longo prazo são incalculáveis, pois não afeta apenas a produção científica, a redução de recursos destinados à formação superior de capital humano também poderá impactar na competitividade do país em relação a outras nações que investem em ciência e tecnologia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a realização deste estudo, propôs-se realizar uma análise sobre o impacto do contingenciamento de gastos para as universidades brasileiras.

A educação brasileira ainda encontra-se em processo evolutivo, nos últimos anos, após grande investimento e atualizações legislativas, houve grande aumento dos cursos e de estudantes matriculados nas universidades país afora.

Mesmo com todas as dificuldades, no ano de 2018, o Brasil alcançou o 13º lugar em produção científica no mundo, o que demonstra a qualidade dos trabalhos desenvolvidos e o empenho das universidades em pesquisa.

Conforme restou demonstrado, os impactos no futuro do país poderão ser incalculáveis, porque a pesquisa é muito mais que o pesquisador, ela auxilia no desenvolvimento social do país. Assim, contingenciar valores que já são escassos, sem sombra de dúvidas, causará grandes prejuízos ao país. Principalmente quando percebemos que não é apenas por dificuldades na arrecadação de receitas pelo governo federal, mas principalmente por vontade política.



O que ainda não percebeu o atual governo é que a educação transforma a sociedade, é ela que proporciona a mudança de vida para a maioria dos brasileiros, garantindo melhores empregos e salários.

Também não notou que a pesquisa é fundamental para o progresso e o desenvolvimento social, apresentando sempre novos caminhos e descobertas que permitem a evolução do país.

Portanto, não apenas a educação poderá ficar prejudicada com o contingenciamento de recursos, mas toda a coletividade.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lucas. **Cientistas brasileiros provam relação entre zika e microcefalia**. 2016. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2016/05/cientistas-brasileiros-provam-relacao-entre-zika-e-microcefalia.html>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BBC. **Mais da metade dos brasileiros não tem diploma do ensino médio, aponta OCDE**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BEZERRA, Mirthyani. **30% ou 3,5%: Quanto Bolsonaro cortará nas universidades federais? Entenda**. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/11/governo-muda-discurso-e-corte-na-educacao-passa-de-30-para-35-entenda.htm>>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1995. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**. 2018. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/30/2018-002.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT**. SER Social, v. 21, n. 44, p. 134-151, 10 mar. 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Panorama da produção científica do Brasil (2011-2016)**. 2018. Disponível em: <<http://portal.if.usp.br/ifusp/pt-br/not%C3%ADcia/panorama-da-produ%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-do-brasil-2011-2016>>. Acesso em: 15 set. 2019.

FERRARI, Julie Fernanda. **O processo de Bolonha e os cortes na educação superior do governo bolsonarista: considerações a partir de textos jornalísticos**. Ensaios Pedagógicos. UFSCar/Campus Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 69-77, ago. 2019.

FORMENTI, Lígia. **MEC bloqueia mais verbas e corte já afeta 11,8 mil bolsas de pós-graduação**. 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-bloqueia-mais-verbas-e-corte-ja-afeta-11-8-mil-bolsas-de-pos-graduacao,70002993596>>. Acesso em: 30 set. 2019.

GUIA DO ESTUDANTE. **Censo do IBGE mostra crescimento no número de brasileiros com ensino superior**. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/censo-do-ibge-mostra-crescimento-no-numero-de-brasileiros-com-ensino-superior/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. 2015. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html)>. Acesso em: 15 set. 2019.

MENEZES, Dyelle. **Universidades e institutos federais vão receber quase 60% da verba descontingenciada pelo MEC**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=80801>>. Acesso em: 30 set. 2019.

MEYER, Emilio; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Autonomia Universitária, Democracia e Federalismo**. Rio de Janeiro: Revista Culturas Jurídicas, v. 6, n. 13, p. 279-307, jan./abr. 2019.

NEGRI, Fernanda de; KOELLER, Priscila. **O declínio do investimento público em ciência e tecnologia: uma análise do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações até o primeiro semestre de 2019**. Brasília: Ipea, 2019.

SALDAÑA, Paulo. **Corte é maior do que 30% do orçamento livre em mais da metade das federais**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/corte-e-maior-do-que-30-do-orcamento-livre-em-mais-da-metade-das-federais.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2019.

SILVA, Marta Rosa Farias de Almeida Miranda. **Investimentos públicos em educação superior na Bahia: o orçamento das Universidades Estaduais Baianas**. Brazilian Journal of Development, p. 979-999, 28 dez. 2018.

SOUZA, Adna Raquel Araújo de. **Educação em tempos de contrarreforma: identificando as implicações da política de ajuste fiscal no ensino superior brasileiro e os seus rebatimentos na assistência estudantil**. 2019. 89 fl. TCC (Graduação) - Curso de Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

TENENTE, Luiza; FIGUEIREDO, Patrícia. **Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2019.

LANA, Marcilio. **UFMG ATUA PARA REVERTER BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO.** 2019. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-atua-para-reverter-bloqueio-orcamentario>>. Acesso em: 13 de fev. 2020.

**DESCONTIGENCIAMENTO.** 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=81431>>. Acesso em: 13 de fev. 2020.

**DESBLOQUEIO.** 2019. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/com-as-despesas-de-agosto-executadas-ufmg-trabalha-pelo-desbloqueio-orcamentario>>. Acesso em: 13 de fev. 2020.